

## FICHA DE CARACTERIZAÇÃO - LIUA

OBS 1: NÃO PROMOVA ALTERAÇÕES NO FORMULÁRIO (INCLUSÃO OU EXCLUSÃO DE CAMPOS E AFINS), SOB PENA DE RECUSA DA ANÁLISE DO PROCESSO E CONSEQUENTE INDEFERIMENTO/ARQUIVAMENTO.

OBS 2: PREENCHA CORRETAMENTE <u>TODOS</u> OS CAMPOS.

É EXPRESSAMENTE PROIBIDO QUALQUER TIPO DE INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, EXCETO NOS CASOS DE UTILIDADE PÚBLICA, INTERESSE SOCIAL E BAIXO IMPACTO AMBIENTAL.

1. IDENTIFICAÇA	ÃO DO EMPRE	ENDEDOR						
RAZÃO SOCIAL:								
NOME FANTASIA:								
CNPJ:				СРОМ:				
ATIVIDADE PRINCIPAL								
ENDEREÇO (Rua, Av., R	od.):							
					NÚMER	O:		
BAIRRO:								
RESPONSÁVEL LEGAL P	ELA EMPRESA:							
TELEFONE P/ CONTATO	):							
E-MAIL:								
2. IDENTIFICAÇ	ÃO DO EMPRE	ENDIMENTO						
DESCRIÇÃO DO EQUIPA	AMENTO:							
ENDEREÇO (Rua, Av., R	od.):							
						NÚMERO:		
BAIRRO:			COMPLEMEN	ІТО:				
ÁREA DO TERRENO					ÁREA CONSTRUÍDA			
COORDENADAS GEOGI	PÁFICAS							
(UTM):	TAFICAS							
ALTURA EM RELAÇÃO	AO							
NÍVEL DO MAR:  ALTURA DA INFRAESTF	PLITLIBA DE							
SUPORTE:	JOTORA DE							
POSSUI LICENÇA DA AN	IATEL?	□ SIM □ NÃ	ÃO					
A ÁDEA DE INTERVENIC		ASO AFIRMATIVO, APRESENTAR LICENÇA VÁLID						
A ÁREA DE INTERVENÇÃO POSSUI INCIDÊNCIA DOS		30 M DE IMÓVEIS TOMBADOS OU EM PROCESSO DE TOMBAMENTO;						
SEGUINTES EQUIPAME		50 M DE HOSPITAIS, CLINICAS DE INTERNAÇÃO, ESCOLAS, CRECHES E ASILOS;						
UMA DISTÂNCIA INFERIOR OU IGUAL A:		500 M DE OUTRAS ETR/ERB'S;						
		☐ NÃO INCIDE.						
3. TIPO DE INFR	AESTRUTURA	(S) DE SUPORTE PARA ANTENAS	S					
POSTE		☐ TORRE			☐ MAST	ROS		
OUTROS. ES	PECIFICAR:							

AV. DEPUTADO PAULINO ROCHA, 1343 • CAJAZEIRAS • CEP: 60864-310 • FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL 85 3771.6610



4.	TIPO DE LOCAL DE INSTA	LAÇÃO PARA ESTAÇÃO TRANSMISSOR	A DE RADIOCOMUNIO	AÇÃO			
	TERRENO (Greenfield)			ÁREA PÚBLICA			
	OUTROS. ESPECIFICAR:						
A ESTAÇÃO TRANSMISSORA DE RADIOCOMUNICAÇÃO É 5G?			□sım	□não			
5. 1	5. EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES ASSOCIADOS A INFRAESTRUTURA DE SUPORTE PARA ANTENAS						
6.	ESPECIFICAR A QUANTII	DADE, BEM COMO A(S) FREQUÊNCIA(S)	DO(S) EQUIPAMENTO	(S) TRANS	MISSOR(ES)/RECEPTOR(ES)		
7.	FONTE GERADORA DE E	MISSÃO SONORA					
	DAS EMISSÕES:						
	O DE FUNCIONAMENTO:						
	RESÍDUOS						
(OBRIGA	TÓRIO PARA NOVAS INFRA	SÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL – PGRCC AESTRUTURAS)	№ CADASTRO:				
	COBERTURA VEGETAL						
$\sqcup$	NÃO HAVERÁ SUPRESSÂ						
		ATÉ 9 (NOVE) ÁRVORES.					
	HAVERÁ SUPRESSÃO DE	10 (DEZ) OU MAIS ÁRVORES.					
10.	. FAUNA						
□ nã	O HÁ OCORRÊNCIA DE AN	MAIS SILVESTRES.					
☐ HÁ	OCORRÊNCIA DE ANIMAIS	S SILVESTRES.					
11.	. JUSTIFICATIVA DA IMF	LANTAÇÃO DO PROJETO E TIPO DE MÉ	TODO CONSTRUTIVO				
12. OUTROS ASPECTOS ENVOLVIDOS							



	TERMO DE RESPONSABILIDADE - LIUA
TIPO DE	INFRAESTURUTA
RESPON	SÁVEL LEGAL
RESPON	SÁVEL TÉCNICO
ENDERE	ÇO
compro ao dispo que disp	olvidos na obra/empreendimento acima discriminada(o), por meio deste TERMO DE RESPONSABILIDADE, assumem o misso de observar e cumprir as legislações urbanísticas, ambientais e construtivas vigentes no Município, em especial osto na Lei Complementar nº 230/2017, no Decreto Municipal nº 10310/1998 que altera o Decreto de nº 10.096/1997, põe sobre o procedimento administrativo de solicitações sobre legislação urbana, atendendo ainda ao disposto na Lei 2017 – LPUOS e Lei Complementar nº 270/2019 – Código da Cidade do Município de Fortaleza.
Por fim,	declaram para fins de aprovação de projeto pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA, que:
	Possui ciência das penalidades previstas na Legislação Básica Municipal, bem como regulamento quanto à prática de informações, especialmente no que tange às falsas informações, projeto em desacordo com suas determinações e execução em desconformidade com o projeto aprovado; Tem conhecimento que a execução da obra não está isenta de ação fiscal por parte do Município, e que não será
	expedido o Termo de Conclusão de Obra se a construção não retratar fielmente o projeto aprovado, bem como que as Autorizações e Licenças concedidas serão monitoradas sendo passiveis de autuação em caso de descumprimento da legislação;
	Está ciente que o órgão regulamentador das telecomunicações estabelecerá os parâmetros técnicos para instalação, operação, manutenção e remoção das redes de telecomunicações e de seus equipamentos correlatos que possam estar presentes na infraestrutura de suporte objeto deste processo;
	Deverá possuir licença ou autorização de funcionamento da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL para os possíveis equipamentos que venham a ser ou que estejam instalados e em operação, atendendo ainda o que constar na Lei Federal nº 11934/2009, 13116/2015, bem como Resolução n° 700/2018 (Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos na Faixa de Radiofreqüências entre 9 kHz e 300 GHz) e correlatas da ANATEL;
	Deverá possuir a Autorização Ambiental para Supressão/Transplantio Vegetal e Autorização Ambiental Para Manejo de Fauna Silvestre, se necessitar a supressão arbórea e/ou manejo de fauna silvestre, conforme Lei Complementar nº 0208/2015, alterada pela Lei Complementar nº 0235/2017 e Instrução Normativa SEUMA nº 02/2017, sob a pena de fiscalização;
6.	Caso o empreendimento se localize em poligonal de entorno de bem tombado e/ou em Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Paisagístico (ZEPH), declaram estar ciente que devem possuir parecer normativo e autorizativo da SECULTFOR e/ou Órgão Competente nas esferas estaduais e federais, sob a pena de fiscalização;
	Caso venha a intervir ou se instalar em logradouros públicos, do espaço aéreo, do solo e do subsolo do Município de Fortaleza será aplicada a Lei Municipal nº 8744/2009 que trata da cobrança remunerada pelo uso de logradouros públicos;
8.	As informações prestadas são verdadeiras, sob pena de responder pelo Art. 299 do Código Penal: "Omitir, em documento público ou particular, declarações que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da qual devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante" e pelos Art. 69-A da Lei Federal nº 9605/1998, c/c Art. 82 do Decreto Federal nº 6514/2008.

Responsável Legal

Responsável pelo Projeto